

PERIÓDICO DE GEOPOLÍTICA E OCEANOPOLÍTICA

BOLETIM GEOCORRENTE

ISSN 2446-7014



EUNAVFOR "Aspides": estreitando laços entre a União Europeia e a Península Arábica

ESTE E OUTROS 12 ARTIGOS NESTA EDIÇÃO

BOLETIM GEOCORRENTE

Nº 222 • 14 de Novembro de 2025

O Boletim Geocorrente é uma publicação quinzenal do Núcleo de Avaliação da Conjuntura (NAC), vinculado à Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação (SPP) da Escola de Guerra Naval (EGN). O NAC acompanha a Conjuntura Internacional sob o olhar teórico da Geopolítica e da Oceanopolítica, a fim de fornecer mais uma alternativa para a demanda global de informação, tornando-a acessível e integrando a sociedade aos temas de segurança e defesa. Além disso, proporciona a difusão do conhecimento sobre crises e conflitos internacionais procurando corresponder às demandas do Estado-Maior da Armada.

O Boletim tem como finalidade a publicação de artigos compactos tratando de assuntos atuais de dez macrorregiões do globo, a saber: América do Sul; América do Norte e Central; África Subsaariana; Oriente Médio e Norte da África; Europa; Rússia e ex-URSS; Sul da Ásia; Leste Asiático; Sudeste Asiático e Oceania; Ártico e Antártica. Além disso, conta com a seção "Temas Especiais", tratando sobre assuntos latentes das relações internacionais.

O grupo de pesquisa ligado ao Boletim conta com integrantes de diversas áreas do conhecimento, cuja pluralidade de formações e experiências proporcionam uma análise ampla da conjuntura e dos problemas correntes internacionais. Assim, procura-se identificar os elementos agravantes, motivadores e contribuintes para a escalada de conflitos e crises em andamento, bem como seus desdobramentos.

NORMAS DE PUBLICAÇÃO

Para publicar nesse Boletim, faz-se necessário que o autor seja pesquisador do Grupo de Geopolítica Corrente, do NAC e submeta seu artigo contendo até 400 palavras ao processo avaliativo por pares.

Os textos contidos neste Boletim são de responsabilidade exclusiva dos autores, não retratando a opinião oficial da EGN ou da Marinha do Brasil.

A publicação integral de qualquer artigo deste Boletim somente poderá ser feita citando expressamente autor e fonte, e colocando o link de redirecionamento para o artigo original.

Capa: [Fragata "Forbin" \(D620\) da Marinha da França](#)

Por: Dougie Coull

Fonte: Marine Traffic

CORRESPONDÊNCIA

Escola de Guerra Naval – Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação.
Av. Pasteur, 480 - Praia Vermelha – Urca – CEP 22290-255 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
TEL.: (21) 2546-9351 | E-mail: egn.nac@marinha.mil.br

Esta e as demais edições do Boletim Geocorrente, em português e inglês, poderão ser encontradas na [home page da EGN](#) e em nossa [pasta do Google Drive](#).

O NAC também está no [LinkedIn](#), acompanhem nossas postagens.

CONSELHO EDITORIAL

DIRETOR DA EGN

Contra-Almirante Gustavo Leite Cypriano Neves

SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO DA EGN

Contra-Almirante (RM1) José Luiz Ferreira Canela

EDITOR CHEFE

Capitão de Mar e Guerra (RM1) Leonardo F. de Mattos (EGN)

EDITOR CIENTÍFICO

Capitão de Mar e Guerra (RM1) William de Sousa Moreira (EGN)

EDITORES ADJUNTOS

Jéssica Germano de Lima Silva (EGN)

Noele de Freitas Peigo (Facamp)

Thayná Fernandes Alves Ribeiro (EGN)

Victor Eduardo Kalil Gaspar Filho (EGN)

COORDENAÇÃO DE PESQUISA

Pedro Nobre Vecchia (UFRJ)

DIAGRAMAÇÃO E DESIGN GRÁFICO

Kenzo Brites Yamaguti (UFRJ)

REVISÃO E TRADUÇÃO

Mancy Mylene Soares Sant'Ana (UFRJ)



ÁFRICA SUBSAARIANA

Franco Napoleão A. de Alencastro Guimarães (PUC-Rio)
Gabriel Francisco Castro Aguiar (UFRJ)
José Ricardo de Oliveira Araujo (UFRJ)
Kenzo Brites Yamaguti (UFRJ)
Luísa Barbosa Azevedo (UERJ)
Rafaela Marinho Gonzalez Machado (UFRJ)
Vanessa Passos Bandeira de Sousa (UERJ)

AMÉRICA DO SUL

Bruna da Silveira Eloy (UFRJ)
Fernanda Carvalho Calado Coutinho (UFF)
Gabriel Augusto Almeida da Silva (UFRJ)
Guilherme Demmer Knippenberg (UFSC)
Luciano Veneu Terra (UFF)
Maria Fernanda Santos Kerr (UERJ)
Matheus Moreira Alves (UERJ)
Pedro Emiliano Kilson Ferreira (Univ. de Santiago)

AMÉRICA DO NORTE & CENTRAL

Julia Santos Soares (UFRJ)
Kaíke Ferreira Mota (UFRJ)
Taynah Pires Ferreira (UFF)
Rafael de Oliveira Maciel (UnB)
Victor Eduardo Kalil Gaspar Filho (EGN)
Yasmim Abril Monteiro Reis (San Tiago Dantas)

ÁRTICO & ANTÁRTICA

Gabriele Marina Molina Hernandez (UFF)
João Gabriel Teixeira de Oliveira (UFABC)
Letícia Caroline da Luz (EGN)
Nathália Magalhães Macedo (UFRJ)

EUROPA

Amanda Maciel Fraga Montoiro (UFRJ)
Emerson Luiz Bento dos Santos (UFRJ)
Guilherme Francisco Pagliares de Carvalho (UFF)
Lucas Salles Pithon Macedo (UFRJ)
Millene Sousa dos Santos (UFRJ)
Rafaela Caporazzo de Faria (UFRJ)

LESTE ASIÁTICO

Julia Monteiro Mello Fróes e Silva (Unilasalle-RJ)
Maria Carvalho Pinto Puccetti (UFRJ)
Maria Eduarda Araújo Castanho Parracho (UERJ)
Nina de Almeida Bonifacio Pereira (UERJ)
Philippe Alexandre Junqueira (UERJ)
Rodrigo Abreu de Barcellos Ribeiro (UFSC)
Thomas Dias Placido (UFSC)

ORIENTE MÉDIO & NORTE DA ÁFRICA

Eduardo El-Hader Fantini (UERJ)
João Gabriel Fischer Morais Rego (ECEME)
Maria Clara Vieira Schneider Vianna (UFRJ)
Melissa Rossi (Suffolk University)
Pedro Nobre Vecchia (UFRJ)
Vitória de França Fernandes (UNIRIO)

RÚSSIA & EX-URSS

Anna Laura Silveira Lengruber (UFRJ)
Gastão Menescal Carneiro Neto (Unilasalle - RJ)
José Gabriel de Melo Pires (ECEME)
Luiza Gomes Guitarrari (UFRJ)
Pedro Mendes Martins (ECEME)
Pérsio Glória de Paula (Saint Petersburg University)
Rafael Esteves Gomes (UFRJ)

SUDESTE ASIÁTICO & OCEANIA

Marcelle Torres Alves Okuno (UERJ)
Maria Gabriela Veloso Camelo (PUC-Rio)
Matheus Bruno Ferreira Alves Pereira (UFRJ)
Rafael Prisco Cabral (UFRJ)
Thayná Fernandes Alves Ribeiro (EGN)

SUL DA ÁSIA

Eduardo Araújo Mangueira (PUC-Rio)
Gabriel Paradelo Heil (UFRJ)
Gabriela Siqueira Duarte dos Santos (UFRJ)
Lucas Mitidieri Oliveira Mendes (Paris Nanterre)
Maria Fernanda Császár Lima Ferreira (UFRJ)

TEMAS ESPECIAIS

Gabriel Mendes Andrade (UERJ)
João Victor Marques Cardoso (UNIRIO)
Maria Elena Andrade Barbosa (EFOMM)
Raquel Torrecilha Spiri (UNESP)

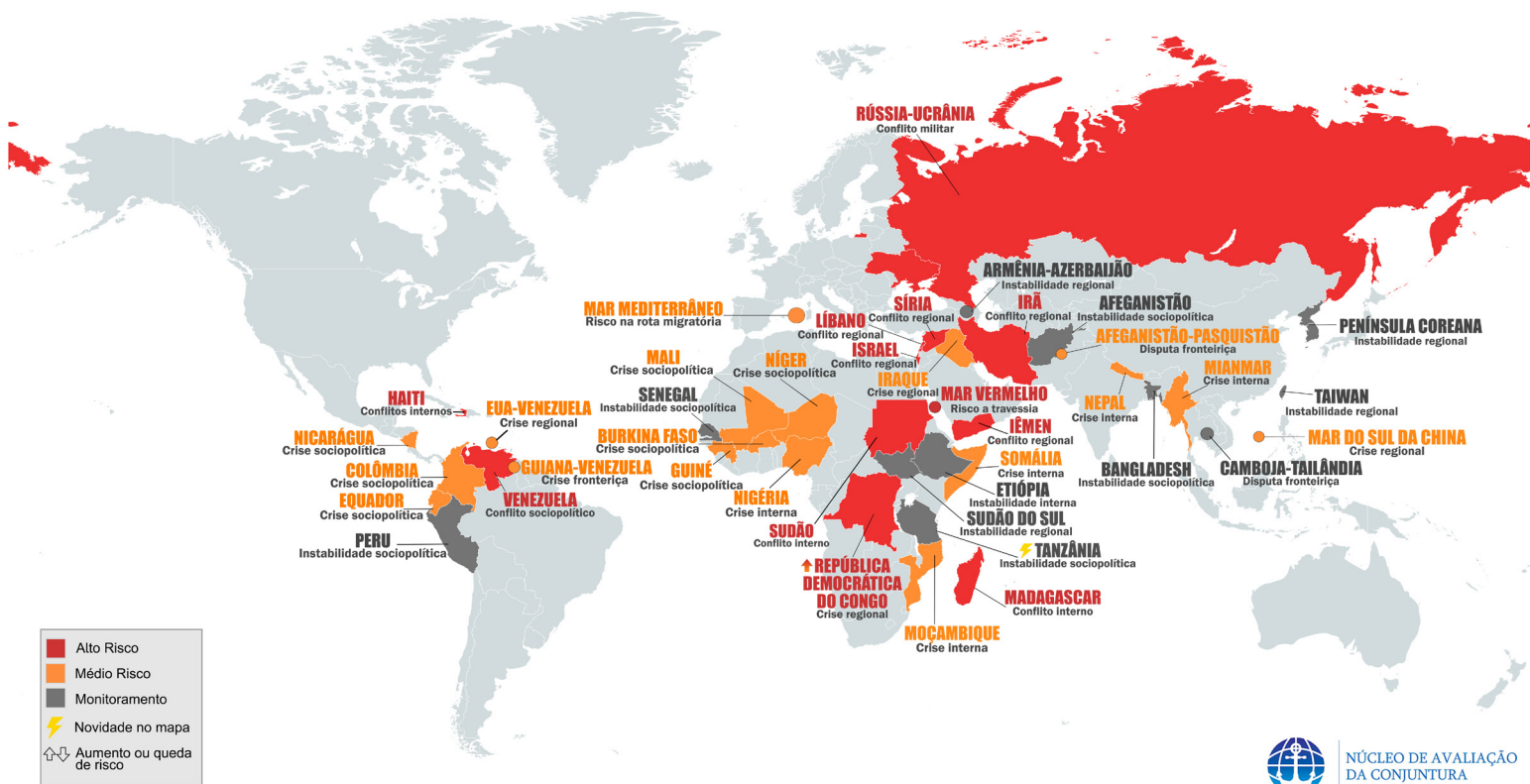


SUMÁRIO

| | |
|---|--|
| <p>AMÉRICA DO SUL</p> <p><i>Plan Independencia 200</i> e a política de segurança na Venezuela.....6</p> <p>AMÉRICA DO NORTE & CENTRAL</p> <p>A era da substituição: o (re)posicionamento da operatividade militar dos Estados Unidos7</p> <p>ÁFRICA SUBSAARIANA</p> <p>O Acordo Nuclear Etiópia-Rússia e a potência regional etíope.....8</p> <p>A perspectiva estadunidense de intervenção militar na Nigéria9</p> <p>EUROPA</p> <p>EUNAVFOR "Aspides": estreitando laços entre União Europeia e a Península Arábica.....10</p> <p>ORIENTE MÉDIO & NORTE DA ÁFRICA</p> <p>A nova geometria de Defesa no Oriente Médio..... 11</p> <p>Cooperação nuclear russo-iraniana no cenário pós-conflito dos 12 dias e fim do acordo nuclear12</p> <p>RÚSSIA & Ex-URSS</p> <p>Rússia e China celebram acordo para navegação no Ártico 12</p> | <p>SUL DA ÁSIA</p> <p>A importância do acordo bilateral de defesa entre Índia e Estados Unidos 13</p> <p>SUDESTE ASIÁTICO & OCEANIA</p> <p>Malásia deseja protagonismo no setor dos metais de terras-raras 14</p> <p>Timor-Leste: da consolidação da soberania nacional à adesão à ASEAN 15</p> <p>ÁRTICO & ANTÁRTICA</p> <p>A pesca de krill e as tensões da 44ª reunião da CCAMLR 16</p> <p>TEMAS ESPECIAIS</p> <p>Segurança cibernética e Defesa nacional: as explorações Zero-Day em sistemas industriais críticos..... 17</p> <p>Artigos Selecionados & Notícias de Defesa..... 17</p> <p>Calendário Geocorrente..... 17</p> <p>Referências..... 18</p> <p>Mapa de Riscos..... 19</p> |
|---|--|

PRINCIPAIS RISCOS GLOBAIS

Por: Matheus Moreira



Plan Independencia 200 e a política de segurança na Venezuela

Bruna da Silveira Eloy

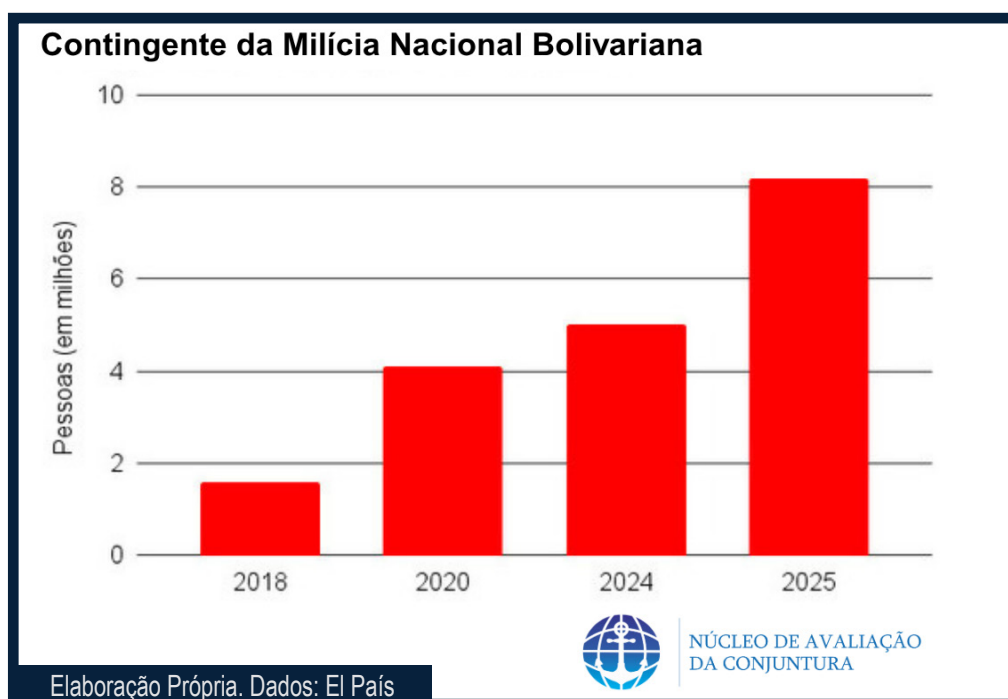
A ativação do Plano Independência 200, de Nicolás Maduro, em setembro de 2025, e a subsequente promulgação do estado de emergência, fundamentada na alegada comoção externa, refletem a intensificação da militarização e da centralização do poder na Venezuela. Ambas as medidas inserem-se em um contexto de sanções econômicas, presença militar estadunidense no Caribe e isolamento diplomático, configurando um cenário em que a Defesa nacional converte-se em eixo da governança e instrumento de legitimação política. Diante disso, questiona-se: em que medida o plano e o decreto configuram um mesmo processo de segurança, que utiliza a ameaça externa como instrumento de coesão e controle social?

A organização em quatro fases revela não apenas sua amplitude operacional, mas, sobretudo, o esforço do regime em transformar a lógica da Defesa em uma dinâmica de alcance social. São elas: i) o alistamento à Milícia Bolivariana, que constitui a base de mobilização popular, formalmente voluntário, mas condicionado por vínculos de dependência econômica e lealdade política, especialmente entre servidores públicos e beneficiários de programas sociais; ii) o desdobramento territorial, que articula cidadãos em uma extensa rede comunal de vigilância, com possível capacidade de resposta; iii) a fase de “luta não-armada”, que converte sanções e crises internas em ameaças de segurança, legitimando sua incorporação à agenda de Defesa nacional; e iv) etapa

armada, que valida o emprego militar como último recurso, consolidando a doutrina de resistência integral.

No plano regional, a iniciativa adquire relevância ao inserir a Venezuela em um cenário de tensões que ultrapassam suas fronteiras imediatas, influenciando a percepção de segurança no Caribe e na América do Sul. Ao intensificar a polarização entre governos alinhados às diretrizes estadunidenses e aqueles que buscam maior autonomia estratégica, tende a impactar a agenda regional de segurança, condicionando debates sobre cooperação em Defesa, gestão de fronteiras e enfrentamento de ilícitos transnacionais, além de repercutir na governança marítima e na estabilidade das áreas de contato fronteiriço.

Infere-se, portanto, que a iniciativa constitui um mecanismo que institucionaliza a mobilização contínua, que transforma vulnerabilidades domésticas em ameaças externas e confere legitimidade ao regime em contexto de contestação interna e isolamento internacional, evidenciando como a política de segurança se estabelece como eixo da governança venezuelana. Ao integrar elementos militares e comunitários sob a lógica da defesa integral, consolida-se uma prática de poder que ultrapassa a conjuntura imediata e se projeta como estrutura permanente de controle sociopolítico, especialmente em um cenário de exercícios militares estadunidenses no entorno da Venezuela.



A era da substituição: o (re)posicionamento da operatividade militar dos Estados Unidos

Yasmim Abril M. Reis

Em 2025, Donald Trump e seu secretário de guerra, Pete Hegseth, anunciaram uma “transformação” do Exército dos Estados Unidos da América (EUA). Nessa proposta, Hegseth deliberou a fusão de diversas organizações internas. Destaca-se, além disso, que essas alterações configuram a essência da Iniciativa de Transformação do Exército, estruturada em três eixos centrais: otimização da estrutura de força, fornecimento de capacidades críticas de combate e eliminação de programas obsoletos. Todavia, a reestruturação do Departamento de Guerra prevê a redução do orçamento e, conseqüentemente, do número de militares empregados em missões. A nova proposta consiste, portanto, na substituição progressiva de tropas por drones. Em vista, questiona-se: quais fatores explicam a lógica da referida substituição na operatividade militar?

Para compreender a lógica desse projeto, convém analisar três aspectos que constituem o objetivo dos EUA frente à política externa de *America First* (“América em primeiro lugar”). O primeiro refere-se à redefinição de prioridade estabelecida por meio da Estratégia de Segurança Nacional. O segundo diz respeito à ênfase na política econômica em detrimento da postura de força e das alianças de segurança. Por fim, a escolha pela formação da Força-Tarefa Multidomínio e de defesas aéreas. Expressar que a política externa da “América em primeiro lugar” implica a retirada das

tropas estadunidenses do mundo mostra um equívoco estratégico, segundo especialistas. Pelo contrário, trata-se de uma recalibração das áreas de interesse e das regiões prioritárias em detrimento de outras. Essa preferência é marcada pelo embate à China e centralidade da política econômica.

No contexto militar, um substituto significa “qualquer elemento de força, capacidade ou conceito de emprego que possa substituir ou compensar o efeito operacional de outro elemento de força para uma determinada missão”. Dessa forma, a transferência para drones revela-se mais econômica, flexível e móvel no apoio aos interesses estadunidenses no cenário internacional. Além disso, destaca-se o processo de automatização da guerra, manifestado pela progressiva diminuição do emprego de recursos humanos em campo. Assim, em vez de grandes brigadas de infantaria, propõe-se a substituição por uma formação multidomínio, a qual permite maior interoperabilidade e capacidade de executar múltiplas funções e missões.

Conclui-se que a transformação das Forças Armadas por meio do uso ampliado de drones promove a conversão de estruturas estáticas em redes operacionais mais dinâmicas. Constata-se, portanto, que, em um contexto estratégico, a era das substituições revela-se como o modelo mais adaptável e capaz de preservar a dissuasão dos EUA na América e no mundo.



O Acordo Nuclear Etiópia-Rússia e a potência regional etíope

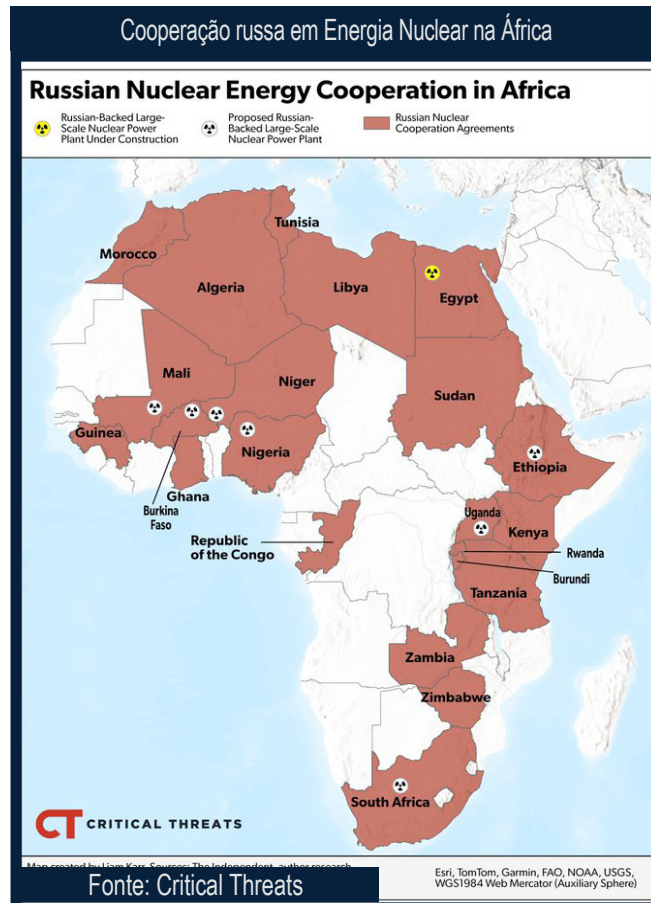
Franco Alencastro

A Etiópia e a Rússia deram um passo inédito rumo à cooperação energética. No dia 25 de setembro de 2025, representantes do país africano e da companhia de energia nuclear russa Rosatom anunciaram, durante a *World Atomic Week*, em Moscou, um acordo que prevê o planejamento e a construção de uma usina nuclear na Etiópia, além do treinamento de seus funcionários. Dessa forma, questiona-se: o que esse acordo representa para ambas as nações envolvidas?

O acordo ocorre em um momento oportuno para a Etiópia. O país recentemente viu a conclusão das obras da Grande Represa do Renascimento Etíope ([Boletim 221](#)), que deve elevar a produção de eletricidade no país a 96,5% de sua matriz energética. A Etiópia possui, todavia, um histórico de secas em seu território, de modo que a dependência da energia hidrelétrica poderia representar um gargalo, particularmente considerando o expressivo crescimento econômico e populacional da Etiópia, atualmente com mais de cem milhões de habitantes. Nesse contexto, a diversificação da matriz energética por meio da energia nuclear surge como alternativa estratégica.

Do lado russo, o acordo com a Etiópia representa uma das conquistas da diplomacia nuclear de Moscou. Desde a assinatura de um acordo com o Egito em 2015, outros vinte países africanos firmaram acordos com a Rússia para a construção de usinas nucleares, entre eles Burkina Faso, Mali, Níger e África do Sul. Entretanto, até o momento, nenhum destes acordos frutificou na inauguração efetiva de usinas nucleares.

A aproximação entre Rússia e Etiópia no contexto dos BRICS+ — países que já mantêm histórico de relações bilaterais consistentes, datando do período da Guerra Fria — abre possibilidades para a resolução de alguns dos desafios geopolíticos enfrentados por Adis Abeba no Chifre da África. O manejo das águas do Rio Nilo, por exemplo, constitui um ponto contencioso há anos nas relações entre a Etiópia e o Egito. Assim, a presença de ambos no portfólio de investimentos nucleares da Rússia pode ajudar a suavizar essas tensões, possivelmente com a atuação de Moscou na solução de controvérsias. Dessa forma, essas parcerias estratégicas na região ampliam a influência da Rússia no continente e reforçam sua capacidade de projetar poder por meio da cooperação energética e tecnológica.



DOI 10.21544/2446-7014.n222.p07.

A perspectiva estadunidense de intervenção militar na Nigéria

Vanessa Bandeira

No início de novembro de 2025, o presidente dos Estados Unidos da América, Donald Trump, cogitou intervir militarmente na Nigéria, sob o argumento de proteção a cristãos perseguidos no país. Entretanto, considera-se a existência de interesses geopolíticos para além das preocupações com direitos humanos. Assim, questiona-se: quais seriam os interesses estratégicos estadunidenses nessa possível intervenção, em uma África cada vez mais disputada por potências globais?

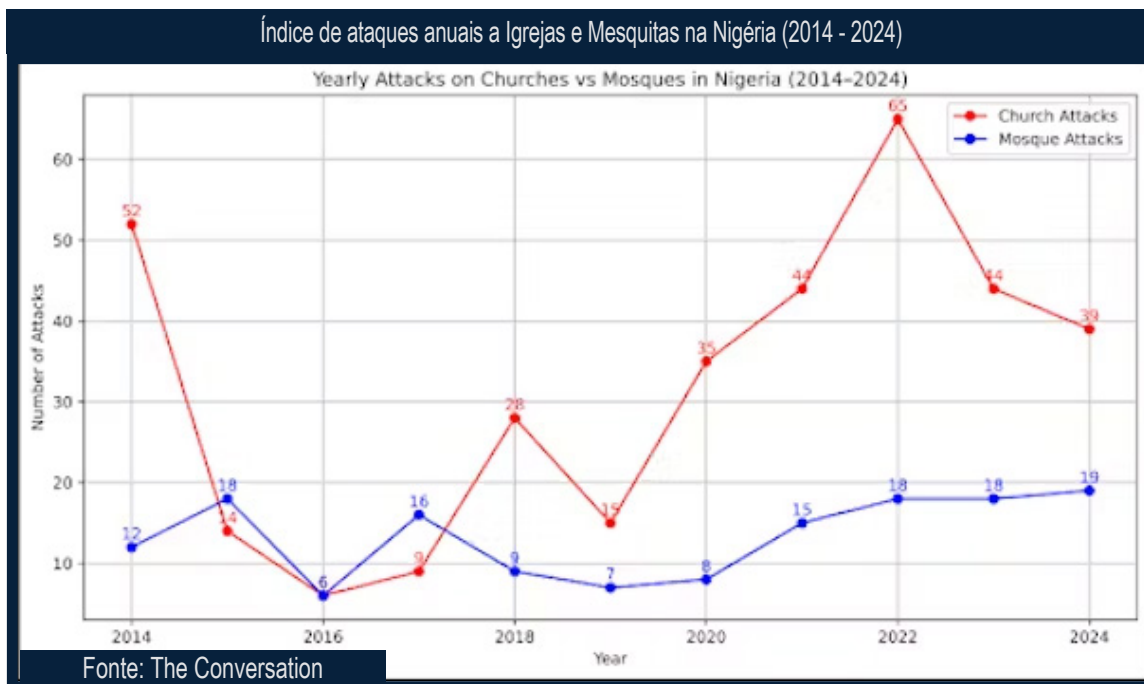
A Nigéria é o país mais populoso da África, uma potência regional da África Ocidental e o maior produtor de petróleo e gás do continente. Suas vastas reservas, concentradas principalmente no Delta do Níger, fazem do país um ator central nas dinâmicas energéticas globais. Historicamente, o petróleo nigeriano abastece parte significativa das importações estadunidenses, ainda que esse número tenha se reduzido nos últimos anos. Contudo, permanece o interesse dos EUA de garantir a estabilidade e influência sobre uma região estratégica para o fluxo global de energia, especialmente diante da crescente presença da China e da Rússia no continente.

É nesse contexto que o interesse humanitário se alinha às questões geopolíticas. Ao denunciar um suposto “genocídio cristão”, setores do governo dos EUA, apoiados por grupos cristãos conservadores, procuram justificar uma possível intervenção militar na Nigéria,

alegando proteção da liberdade religiosa. Entretanto, investigações independentes, como as da BBC, indicam que os dados utilizados são frágeis ou potencialmente manipulados. As análises apontam que a violência nigeriana é multifatorial: insurgências jihadistas, conflitos agrários, disputas étnicas, degradação ambiental e outros fatores se entrelaçam de forma complexa, atingindo muçulmanos e cristãos indistintamente.

Nesse sentido, observa-se como o discurso estadunidense cumpre funções estratégicas na Nigéria. Ele corrobora para tentar conter a influência crescente do BRICS+, bloco do qual a Nigéria demonstra interesse em se aproximar, e para responder ao avanço massivo das presenças chinesa e russa na região, especialmente com ações de cooperação e investimentos em infraestrutura, Defesa e energia. Assim, possivelmente a perspectiva de defesa da liberdade religiosa e dos direitos humanos se transforma em instrumento para disputar hegemonia, assegurar a influência na região e facilitar o acesso a recursos vitais, como o petróleo.

Em última instância, a possibilidade de intervenção exógena pode revelar uma tentativa de reposicionamento geopolítico estadunidense no continente. Desse modo, a Nigéria, como microcosmo das disputas globais de influência na África, torna-se o objeto de uma nova investida, sustentada por um discurso humanitário.



EUNAVFOR "Aspides": estreitando laços entre a União Europeia e a Península Arábica

Melissa Rossi

A aprovação da EUNAVFOR “Aspides” pelo Conselho da União Europeia em fevereiro de 2024 ([Boletim 197](#)) se deu como resposta aos ataques do grupo Houthi contra embarcações comerciais, concentrados sobretudo no Mar Vermelho e no Golfo de Áden. O nome da operação, que significa “escudo” em grego, reflete seu caráter defensivo na Política Comum de Segurança e Defesa (CSDP, na sigla em inglês) da União Europeia (UE). Além do seu papel defensivo, acompanhando embarcações pela região, com foco exclusivo na defesa aérea — sem ataques terrestres contra os houthis —, a operação também se consolida como importante projeção estratégica do bloco europeu na Península Arábica. Nesse sentido, quais são os principais benefícios que a “Aspides” traz para a região?

Primeiramente, é importante enfatizar que o caráter defensivo da Operação foi recebido de forma positiva pelos países do Conselho de Cooperação do Golfo (CCG), tradicionalmente temerosos a respeito de ações militares ofensivas que possam aumentar a instabilidade na região. Vale ressaltar que muitos países do CCG não apoiaram a iniciativa ofensiva estadunidense contra os houthis, conduzida pela Operação “Prosperity Guardian”, por conta desse receio.

Ademais, em consonância com esse apoio da segurança marítima, a Operação “Aspides” realizou um aperfeiçoamento operacional em fevereiro de 2025, expandindo as responsabilidades da missão para atuar

em missões de busca e resgate, combate ao tráfico de armas e no monitoramento de sanções contra *shadow fleets* — navios comerciais que operam de forma clandestina para driblar sanções e regulações marítimas, usando táticas de ocultação e fraude. Após a atual diminuição dos ataques houthis, devido ao cessar-fogo em curso em Gaza, as novas tarefas da “Aspides” sinalizam uma visão naval estratégica mais ampla, voltada à permanência na região como uma missão de patrulhamento multifuncional. É importante lembrar também que alguns países do CCG, por possuírem ativos navais mais limitados, beneficiam-se dessas alianças e coalizões navais internacionais para a manutenção da segurança em seu entorno estratégico.

A “Aspides” contribui diretamente para complementar a visão naval estratégica da UE para o Golfo — objetivo redigido na Estratégia de Segurança Marítima aprovada pela Comissão Europeia em 2023 — que trata sobre a importância de proteger o Golfo de Áden e o Estreito de Ormuz contra ameaças híbridas, fortalecendo a promoção de trocas econômicas entre as regiões.

Em suma, além de ter tido um importante papel defensivo, protegendo embarcações comerciais contra os ataques houthis, a presença da Operação “Aspides” nas águas da Península Arábica se consolida como missão de apoio mais vasto à segurança naval da região, beneficiando diretamente os países do CCG.



A nova geometria de Defesa no Oriente Médio

Pedro Vecchia

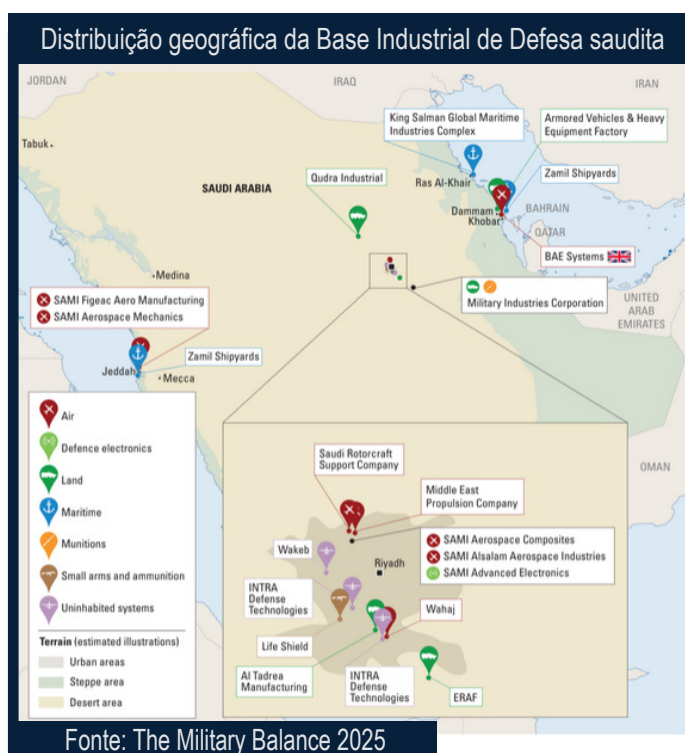
O Oriente Médio tem passado por uma transformação significativa em sua arquitetura de segurança, marcada por mudanças nas cadeias globais de suprimentos de Defesa e pelo fortalecimento da autonomia industrial de países do Golfo. Ao mesmo tempo, os Estados Unidos da América buscam descentralizar sua base produtiva por meio de parcerias de coprodução. Ainda, o acordo de Defesa entre a Arábia Saudita e o Paquistão, assinado em meados de setembro de 2025, exemplifica a emergência de arranjos mais diversificados e pragmáticos de cooperação militar. Surge, assim, a questão central: como esses movimentos estão estabelecendo as bases para uma possível redefinição do equilíbrio estratégico na região e redução de sua dependência histórica em relação a Washington?

A consolidação de modelos cooperativos na área de Defesa indica um problema estrutural nas relações entre os Estados do Golfo e o Ocidente. A ampliação das iniciativas de coprodução e da manutenção regional reflete o esforço estadunidense de aliviar pressões sobre sua base industrial de Defesa, ao mesmo tempo em que explora a corresponsabilidade tecnológica e logística dos países árabes. Essa dinâmica marca o fim de uma lógica majoritariamente centrada na exportação de sistemas e inaugura um modelo baseado na integração produtiva e no compartilhamento de capacidades. Ao assumir funções industriais e operacionais antes concentradas em Washington, os países do Golfo

reforçam sua autonomia estratégica e tornam-se atores mais relevantes na sustentação da dissuasão regional.

Paralelamente, o aprofundamento da cooperação entre a Arábia Saudita e o Paquistão evidencia o surgimento de uma rede de segurança mais ampla. A aproximação entre Riade e Islamabad inclui transferência tecnológica e fortalecimento industrial, ampliando a interdependência estratégica entre o Golfo e o Sul da Ásia. O acordo de setembro também traduz a busca saudita por diversificação de parceiros e pela internalização de capacidades bélicas, enquanto oferece ao Paquistão um meio de projeção regional e de consolidação de sua indústria de Defesa.

O surgimento das parcerias industriais e defensivas na região representa uma reconfiguração estrutural da segurança e das interdependências estratégicas no Oriente Médio. A integração entre iniciativas estadunidenses de produção de artefatos de Defesa no Oriente Médio e novos pactos bilaterais regionais demonstra a transição de uma dependência vertical para uma dinâmica de autonomia compartilhada. Esse processo indica o amadurecimento de uma base industrial de Defesa mais resiliente e autônoma, capaz de sustentar cadeias produtivas e capacidades dissuasórias próprias. Dessa forma, o Oriente Médio consolida-se como um centro emergente de inovação e produção bélica, delineando uma arquitetura de segurança adaptada às novas correlações de poder globais.



Cooperação nuclear russo-iraniana no cenário pós-conflito dos 12 dias e fim do acordo nuclear

João Gabriel Fischer Morais Rego

O Irã desenvolveu diferentes estratégias para defender o seu território das ameaças de seus rivais. Porém, em junho de 2025, os Estados Unidos da América (EUA) e Israel realizaram ataques contra alvos iranianos, incluindo instalações ligadas ao programa nuclear desse país, um dos principais instrumentos de dissuasão de Teerã ([Boletim 217](#)). Mesmo após as operações estadunidenses e israelenses e o fim das restrições impostas pelo acordo nuclear, Teerã ainda visa desenvolver sua capacidade nuclear. Dessa forma, este artigo aborda quais as possíveis formas que Teerã tem buscado expandi-la.

Temporalmente, vale destacar que outubro de 2025 marcou o fim das restrições ao programa nuclear do Irã com a expiração do Plano de Ação Conjunto Global (JCPOA), de 2015. Ainda que Teerã já tivesse expandido parte de suas operações nucleares desde a saída dos EUA do acordo, em 2018, e a subsequente reimposição de sanções de Washington, o fim formal das restrições oferece um cenário de novas margens de manobra para a retomada e ampliação das estratégias nucleares iranianas. Além disso, esse contexto também coloca em debate a discussão sobre a viabilidade de impor novas sanções internacionais ao programa nuclear do Irã.

Nesse sentido, as estratégias iranianas que ocorreram após o conflito de 12 dias com Israel,

incluem a continuação dos seus avanços nucleares. Segundo o jornal israelense *The Times of Israel*, o Irã realizou um acordo com a Rússia para a construção de usinas nucleares em seu território. Vale ressaltar que a cooperação entre esses países nesse domínio estratégico não é inédita, Moscou já havia participado da construção da usina nuclear de Bushehr em 1993. Em setembro de 2025, Moscou e Teerã assinaram um acordo estimado em US\$ 25 bilhões, destinado a construção de novas usinas nucleares no Irã, que permite a Teerã continuar com suas estratégias nucleares. Assim, o fim do acordo nuclear de 2015 somado à parceria com a Rússia representa uma janela de oportunidade para o avanço do programa nuclear iraniano, ainda que o país siga enfrentando as consequências das operações israelenses em junho de 2025, bem como as sucessivas sanções internacionais ao longo dos anos.

Portanto, o acordo firmado entre Rússia e Irã para a construção de novas usinas nucleares reflete a determinação iraniana de manter e expandir seu programa nuclear, especialmente após o enfraquecimento das restrições impostas pelo acordo de 2015. Nesse contexto pós-conflito e de menor pressão internacional, o programa nuclear tende a permanecer como um importante instrumento dissuasório, ocupando um papel central na política de segurança e projeção de poder do Irã.

DOI 10.21544/2446-7014.n222.p11

RÚSSIA & EX-URSS

Rússia e China celebram acordo para navegação no Ártico

Pedro Martins

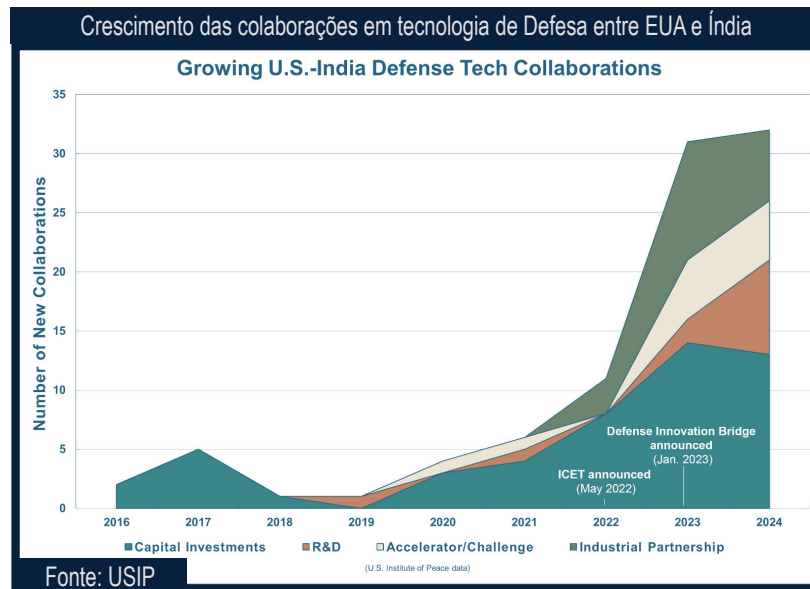
No dia 14 de outubro de 2025, Rússia e China assinaram um acordo para desenvolver de forma conjunta a navegação na Rota Marítima do Norte, situada no Ártico russo. O acordo foi assinado na cidade portuária chinesa de Harbin entre o diretor da Rosatom — empresa responsável por operar a Frota de quebra-gelos, inclusive os de propulsão nuclear, que viabiliza a navegação no Ártico — e o ministro dos Transportes da China. O crescente número de embarcações e o aumento da tonagem das cargas que transitam por essa rota vêm produzindo inegáveis consequências geopolíticas de médio prazo. Com isso, o objetivo do artigo é analisar os impactos decorrentes da crescente importância da Rota Marítima do Norte como rota comercial.

A assinatura desse acordo comercial ocorre em um momento de expansão expressiva da Rota Marítima do Norte, tanto em número de viagens quanto em volume de carga. De acordo com o *think tank* norueguês Centre for High North Logistics, em 2024 foram realizadas 97 viagens, transportando 3,1 milhões de toneladas naquele ano. Em comparação, no ano de 2023, esses números foram, respectivamente, 79 e 2,1 milhões de toneladas. Além disso, o fluxo Rússia-China foi responsável por 95% dessa movimentação. Em termos de produto, 95% da carga transportada no fluxo Rússia-China consiste em petróleo russo.

O desenvolvimento da Rota Marítima do Norte tem impactos geopolíticos profundos, ainda que mercados

como um sinal de reaproximação estratégica. Ao reafirmar a parceria, os EUA reconhecem o papel da Índia como contrapeso à China e como pilar regional essencial para a manutenção de sua hegemonia na Ásia. Embora as tensões comerciais permaneçam como

obstáculo à plena cooperação, o acordo demonstra que esses impasses não comprometem integralmente as demais dimensões da parceria. Assim, torna-se fundamental acompanhar os desdobramentos dessa relação, que pode redefinir o equilíbrio de poder.



DOI 10.21544/2446-7014.n222.p12-13.

SUDESTE ASIÁTICO & OCEANIA

Malásia deseja protagonismo no setor dos metais de terras-raras

Rafael Prisco

O primeiro-ministro da Malásia, Anwar Ibrahim, anunciou publicamente o desenvolvimento de uma fábrica de ímãs de terras-raras com investimento estimado em aproximadamente US\$ 150 milhões. O projeto contará com parcerias de empresas da Austrália e da Coreia do Sul e será supervisionado diretamente pelo Ministério do Comércio e Indústria Internacional, o que evidencia a prioridade estratégica atribuída pelo governo federal ao setor de terras-raras, sobretudo após a descoberta de grandes depósitos desses minerais em 2024. Nesse contexto, qual é a estratégia da Malásia em torno desses minerais?

Os metais de terras-raras (REEs, na sigla em inglês), constituem um recurso crítico para a produção de tecnologias avançadas. Atualmente, cerca de 90% do refino mundial desse material é controlado pela China, o que gera grandes tensões com outros países, como os Estados Unidos da América (EUA). Ainda, sua cadeia de produção é dividida em três etapas: extração, refino e aplicação em componentes tecnológicos. Compreendendo esse cenário, o Estado malaio entende que seus depósitos, avaliados em US\$ 175 bilhões, apresentam um potencial de atuação integrada nesses segmentos, evitando limitar-se à simples exportação do minério bruto. Assim, o

governo proibiu a venda de terras-raras em estado primário.

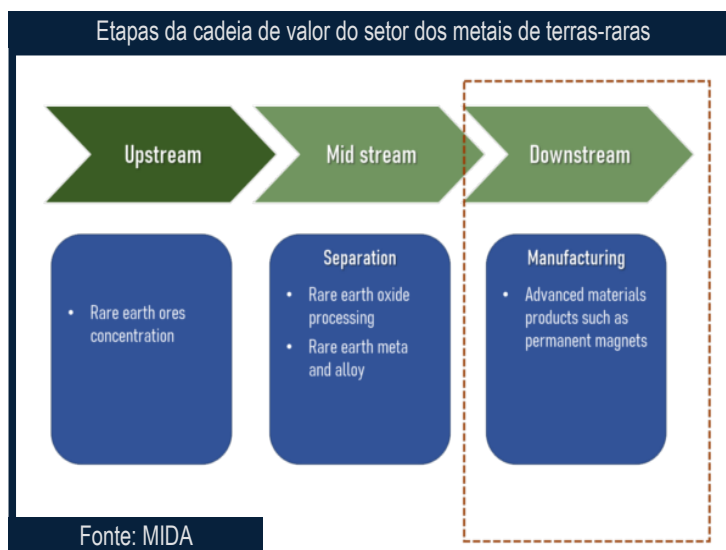
A estratégia malaia baseia-se, portanto, em inserir-se plenamente nas três etapas da cadeia de valor, ampliando seu valor de mercado, sua posição geopolítica e avanços tecnológicos e industriais. Todavia, quanto mais avançado é o estágio da cadeia, maiores são os custos e o nível técnico exigido, o que demanda a busca por parcerias estrangeiras. Assim, Kuala Lumpur tem buscado parcerias estratégicas capazes de garantir transferência de tecnologia sem comprometer sua soberania nacional, equilibrando-se entre as influências do Ocidente e da China.

Nesse sentido, durante o último encontro da ASEAN, foram assinados acordos entre o primeiro-ministro Ibrahim e o presidente Trump que preveem exportação de REEs aos EUA em troca de investimentos e compartilhamento de informações. Por outro lado, a China também demonstrou interesse em construir uma refinaria na Malásia, além de oferecer cooperação tecnológica, embora ainda sem avanços concretos. Pouco tempo depois, foi anunciado o Memorando de Entendimento entre a australiana Lynas Rare Earths e a sul-coreana JS Link, que prevê a construção da fábrica de ímãs. O empreendimento representa um

passo fundamental para o avanço da Malásia nos estágios finais da cadeia de valor, consolidando o país como um ator emergente no mercado global de terras-raras.

Em suma, os REEs são um recurso de crescente relevância no cenário internacional, devido às suas

aplicações estratégicas e à distribuição limitada de reservas. O Brasil possui circunstâncias similares à Malásia, porém falta ainda um planejamento estruturado para a inserção brasileira nesse setor, assim, a análise e estratégia do governo malásio pode ser uma referência nesse cenário.



DOI 10.21544/2446-7014.n222.p13-14.

Timor-Leste: da consolidação da soberania nacional à adesão à ASEAN

Marcelle Torres e Matheus Bruno Pereira

Em 26 de outubro de 2025, o Timor-Leste tornou-se o 11º Estado-membro da Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN, na sigla em inglês). A assinatura da declaração sobre a admissão de Timor-Leste na ASEAN ocorreu durante a cerimônia de abertura da 47ª cúpula da ASEAN, em Kuala Lumpur, na Malásia. Assinada pelos líderes do bloco asiático, juntamente ao primeiro-ministro timorense Xanana Gusmão, a declaração inaugurou uma nova era nas relações entre Díli e o bloco regional. Em meio às expectativas, é importante questionar: o que esperar da contribuição timorense na Associação?

A adesão à ASEAN é um processo gradual e criterioso, e Timor-Leste iniciou sua jornada para tornar-se membro em 2011. Desde então, o país realizou um intenso trabalho diplomático e jurídico, que incluiu a assinatura, ratificação e incorporação de dezenas de tratados à legislação timorense. Díli participou de cerca de 1.300 reuniões anuais no âmbito da ASEAN sobre diversos temas, além de ter consentido com a abertura de embaixadas em todos os Estados-membros e acolheu as representações diplomáticas da ASEAN em seu território. Em 2022, recebeu o status de país-observador nas reuniões do bloco asiático, seguido da adoção do Roteiro para a Adesão Plena de Timor-Leste, em 2023, que orientou os preparativos para o alcance dos critérios de adesão, incluindo os instrumentos jurídicos e a participação em reuniões dos três pilares da Comunidade

da ASEAN: o Político-Segurança, o Econômico e o Sociocultural.

As principais contribuições de Timor-Leste para o bloco residem em manter-se um país pacífico, sem instabilidades ou golpes políticos, e fomentar a posição da ASEAN como mediadora e promotora do diálogo multilateral, promovendo o diálogo entre EUA e China, por exemplo. Além disso, Timor-Leste — com a delimitação definitiva de suas fronteiras marítimas com a Austrália, no Mar de Timor — representa o primeiro caso de solução de litígios marítimos via conciliação obrigatória consagrada na Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM) de 1982, ressaltando expertises de liderança e de negociação importantes ao bloco.

Com aproximadamente 700 milhões de habitantes, um PIB combinado de próximo a US\$ 4,1 trilhões, localizada em uma região comercial estratégica e palco de contestações fronteiriças no Mar do Sul da China, a ASEAN precisa manter a credibilidade da organização e demonstrar sua centralidade regional. Dessa forma, consentir com o pleito timorense de adesão reforça o “ASEAN Way” e o “ASEAN Spirit”, ambos baseados na tomada de decisões por consenso e no diálogo permanente, orientados por uma mentalidade de colaboração regional voltada à promoção da paz e desenvolvimento coletivos.

DOI 10.21544/2446-7014.n222.p14.

A pesca de krill e as tensões da 44ª reunião da CCAMLR

João Gabriel de Oliveira

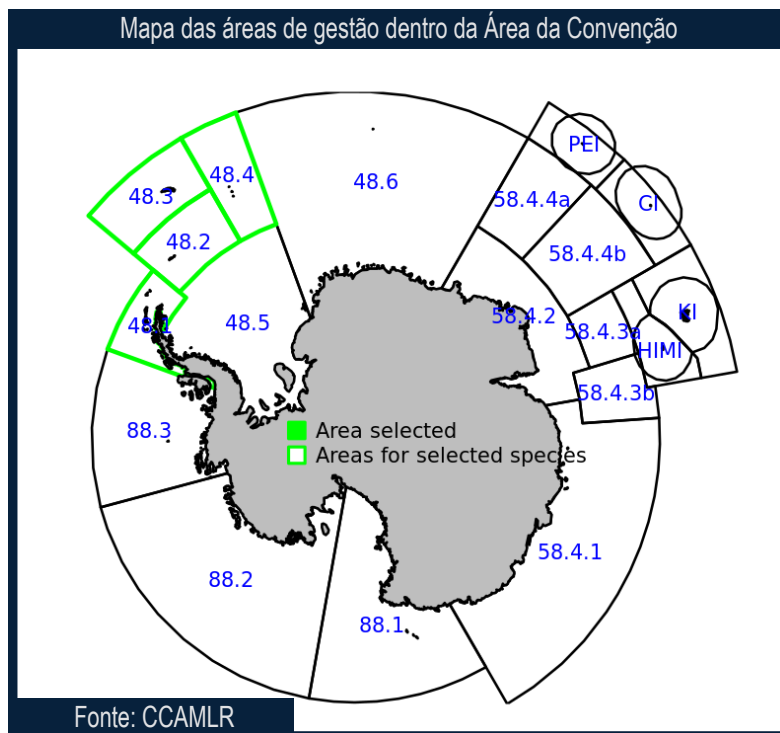
Entre os dias 20 e 31 de outubro de 2025, ocorreu a 44ª reunião da Comissão para Conservação dos Recursos Vivos Marinhos Antárticos (CCAMLR, na sigla em inglês), criada em 1982. O encontro anual realizou-se em Hobart, na Austrália, contou com a presença de 26 países e da União Europeia, e teve como objetivo debater as medidas em cuja proporção de atividade ainda carece de consenso na Antártica, com especial atenção à pesca do krill, cuja proporção de atividade ainda carece de consenso nas regiões antárticas. Nesse contexto, cabe questionar: como o aumento da pesca do krill desafia a legitimidade da governança da CCAMLR, possivelmente afetando a cooperação internacional?

Em 2024, a pesca do krill atingiu seu recorde, conforme o reportado pelo Comitê Científico da CCAMLR, com cerca de 500 mil toneladas na região da Península Antártica. A tendência de alta, observada desde 2010, reflete a intensificação da atividade pesqueira, sobretudo pela Noruega, responsável por 63,8% do volume total de pescado entre 2014 e 2024. Em 2025, a temporada de pesca foi encerrada antecipadamente, em agosto, após atingir o limite anual de 620 mil toneladas pela CCAMLR. Esse aumento está fortemente relacionado à concentração das frotas na Península Antártica, área que figura como núcleo da proposta bilateral do Chile e da Argentina para a criação de uma Área de Proteção Marinha (MPA, na sigla em inglês), vetada historicamente por China e Rússia. Como alternativa, a Noruega vem propondo um

novo Krill Fishery Management Approach (KFMA), que poderia estabelecer um limite de 1,2 milhão de toneladas, dobrando o teto atual e passível de ajuste a partir de critérios científicos.

As divergências entre conservação e exploração ganharam uma dimensão política inédita em 2025, após a prisão do cientista ucraniano Leonid Pshenichnov — delegado da CCAMLR desde 2016 — pela Rússia, sob a acusação de “traição” aos interesses russos por apoiar as propostas de MPAs. O episódio, classificado por analistas como a primeira prisão política na história antártica, evidencia o grau de tensão entre compromissos científicos e interesses estratégicos no continente, revelando os desafios impostos ao princípio de não exploração de recursos estabelecido pelo Sistema do Tratado da Antártica. Caso as MPAs sejam aprovadas, além de regular e restringir a pesca e a extração de recursos vivos marinhos, poderão também criar obstáculos a futuras iniciativas de exploração de hidrocarbonetos, atualmente vedada pelo Protocolo de Madri (1991), cuja revisão está prevista para 2048.

A CCAMLR falha em atingir consenso em proteção e preservação, segundo Lynda Goldsworthy. O compromisso com a colaboração tem se mostrado vulnerável diante de vetos estratégicos utilizados por países que veem seus interesses ameaçados. Assim, a disputa em torno do krill tensiona as relações entre os membros e desafia a governança da CCAMLR.



Segurança Cibernética e Defesa Nacional: as explorações *Zero-Day* em sistemas industriais críticos

José Gabriel Pires

O ciberespaço está presente nas principais atividades que sustentam a sociedade, como a rede de energia elétrica em suas diversas matrizes, o fornecimento de água e gás, bem como os servidores governamentais responsáveis pelo armazenamento de dados sensíveis. Por conseguinte, o quinto domínio também desempenha um papel central nas instituições ligadas ao setor de Defesa. Nesse cenário, as Infraestruturas Críticas (ICs) tornam-se alvos estratégicos suscetíveis a ataques cibernéticos. Assim, questiona-se o impacto que tais incidentes podem ter sobre a segurança de tecnologias operacionais (TO) em ICs no setor de Defesa.

Os controladores lógicos programáveis (PLC, na sigla em inglês) e os Sistemas de Controle de Supervisão e Aquisição de Dados (SCADA, na sigla em inglês) estão entre as principais ferramentas utilizadas no gerenciamento de plantas industriais, cuja paralisação pode significar a perda de vidas quando se trata de ICs. Nesse sentido, o Departamento de Energia dos Estados Unidos da América (EUA) reconheceu, em outubro, que o Kansas City National Security Campus (KCNSC) sofreu um ataque cibernético em julho de 2025. A instalação é responsável pela fabricação de 80% dos componentes eletrônicos, mecânicos e materiais projetados não-nucleares usados nos sistemas de defesa nuclear dos EUA. O acontecimento acende um alerta, pois, embora não haja indícios de que os sistemas de TO tenham sido comprometidos devido à proteção por *air gap* (“lacuna de ar”), torna-se motivo de

preocupação em função da possibilidade de movimento lateral por parte dos atacantes.

O ataque teria sido possível graças à exploração de uma vulnerabilidade *zero-day* em máquinas desatualizadas que executavam a plataforma *SharePoint*, da Microsoft. Os ataques exploraram duas vulnerabilidades associadas à execução remota de códigos (CVE-2025-49704) — falha que permite a um invasor a execução de comandos ou códigos em um sistema remoto, possibilitando a tomada de controle, instalação de *malwares* ou roubo de dados sem a necessidade de contato físico — e falhas de *spoofing* (CVE-2025-53770) — que viabilizam a falsificação de identidade digital, simulando ser uma fonte legítima com o objetivo de enganar sistemas ou pessoas para obter acesso não autorizado a dados.

Desse modo, o ataque ao KCNSC lança luz sobre a necessidade e o desafio de proteção de ICs. Nesse episódio, contudo, há o agravante de estar associado ao sistema de produção de componentes empregados em armas nucleares. Embora não haja registros de exfiltração de dados sensíveis, o risco de movimento lateral para atingir a TO torna-se tangível. Além disso, informações não classificadas podem ser utilizadas por adversários para compreender o funcionamento da cadeia de suprimentos, bem como o processo de manufatura desses componentes estratégicos.

DOI 10.21544/2446-7014.n222.p16.

- ▶ [The Coming Wave: Chinese Doctrine on the Tabletop?](#)
WAR ON THE ROCKS, Cornell Fuka
- ▶ [La nueva era de la navegación: combustibles limpios para salvar los océanos](#)
MINISTÉRIO DA DEFESA DA ESPANHA, Bartolomé Cánovas Sánchez
- ▶ [The Stagnant Order](#)
FOREIGN AFFAIRS, Michael Beckley
- ▶ [Europe-Russia: Balance of Power Review](#)
INSTITUTO FRANCÊS DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS, Múltiplos Autores
- ▶ [Rethinking the Arctic Threat Landscape](#)
US NAVAL INSTITUTE, Michael S. Brown

CALENDÁRIO GEOCORRENTE

Por: Rafaela Machado

NOVEMBRO

Principais eventos entre 07 de novembro e 06 de dezembro

| | | | |
|--|---|--|--|
| <p>07-12</p>  <p>ESTÔNIA EXERCÍCIO "CYBER COALITION 25" DA OTAN</p> | <p>10-21</p>  <p>BRASIL 30ª CONFERÊNCIA DA ONU SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS</p> | <p>16</p>  <p>CHILE ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS</p> | <p>22-23</p>  <p>ÁFRICA DO SUL CÚPULA DE JOANESBURGO DO G20</p> |
| <p>23</p>  <p>GUINÉ-BISSAU ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS</p> | <p>24-03*</p>  <p>REINO UNIDO 34ª SESSÃO DA ASSEMBLEIA DA IMO</p> | <p>30</p>  <p>HONDURAS ELEIÇÕES GERAIS</p> | <p>04*-06*</p>  <p>ÍNDIA 23ª CÚPULA ANUAL ÍNDIA-RÚSSIA</p> |

* de Dezembro

* de Dezembro

Plan Independencia 200 e a política de segurança na Venezuela

[Plan Independencia 200 para la protección del pueblo](#). MIPPCI, 11 set. 2025. Acesso em: 23 set. 2025.

RIOS, Michael. [Venezuela's Maduro says he is ready to declare state of emergency if US attacks](#). CNN, 30 set. 2025. Acesso em 09 out. 2025.

A era da substituição: o (re)posicionamento da operatividade militar dos Estados Unidos

JENSEN, Benjamin. [Drones substitutes: rethinking landpower for naan America First Foreign Policy](#). Center for Strategic & International Studies, 16 set. 2025. Acesso em: 26 set. 2025.

MEHTA, Aaron; ROQUE, Ashley. [Hegseth orders 'comprehensive transformation' of US Army, merging offices and cutting weapons](#). Breaking Defense, 1 mai. 2025. Acesso em: 26 set. 2025.

O Acordo Nuclear Etiópia-Rússia e a potência regional etíope

[Ethiopia signs nuclear deal with Rosatom to reduce hydro reliance](#). ECOFIN AGENCY, 30 set 2025. Acesso em: 1 nov 2025.

KARR, L. [Russian Nuclear Energy Diplomacy: New Fano Offensive in Ethiopia](#). Critical Threats: 2 out 2025. Acesso em: 1 nov 2025.

A perspectiva estadunidense de intervenção militar na Nigéria

ALO, Olaronke; ENENDU, Chiamaka; NDUKWE, Ijeoma. [Are Christians being persecuted in Nigeria as Trump claims?](#) BBC, 06 nov. 2025. Acesso em: 07 nov. 2025.

AMAIZE, Ohimai. [With Trump's threats of military intervention in Nigeria, Tinubu faces a delicate balancing act](#). Atlantic Council, 05 nov. 2025. Acesso em: 07 nov. 2025.

EUNAVFOR "Aspides": estreitando laços entre a União Europeia e a Península Arábica

["Operation Aspides: The European Union's Response to the Red Sea Crisis"](#), Arab Gulf States Institute, 03 abr. 2024. Acesso em: 04 nov. 2025.

["Safeguarding Strategic Waterways: the EU's Operation ASPIDES and the Evolving Maritime Threat in the Red Sea"](#), Trends Research and Advisory, 29 ago. 2025. Acesso em: 05 nov. 2025.

A nova geometria de Defesa no Oriente Médio

DUNFORD, Joseph. EDELMAN, Eric. [A new landscape for US-Middle East defense industrial partnership](#). The Hill, 21 out. 2025. Acesso em: 07 nov. 2025.

[Pakistan's strategic defense pact with Saudi Arabia: A new security architecture in the wider Middle East](#). Middle East Institute, 08 out. 2025. Acesso em: 07 nov. 2025.

Cooperação nuclear russo-iraniana no cenário pós-conflito dos 12 dias

[Tehran to ink \\$25bn deal with Moscow to build nuclear plants in Iran, as sanctions loom](#). The Times of Israel, 26 set. 2025. Acesso em: 27 out. 2025.

[Iran says restrictions on nuclear programme 'terminated' as deal expires](#). Al Jazeera, 18 out. 2025. Acesso em: 27 out. 2025.

Rússia e China celebram acordo para navegação no Ártico

[Russia, China Finalize Deal to Jointly Develop Arctic Shipping Along the Northern Sea Route](#). GCaptain, 27 out. 2025. Acesso em: 07 nov. 2025.

[Northern Sea Route Freight Transit Increases 40% In 2024](#). Russia's Pivot to Asia. Acesso em: 07 nov. 2025.

A importância do acordo bilateral de defesa entre Índia e Estados Unidos

[Why India's Modi skipped Asean summit in Malaysia](#). South China Morning Post, 27 out 2025

[Malaysia's Anwar slams claims of surrendering sovereignty in US trade deal](#). South China Morning Post, 30 out 2025

Malásia deseja protagonismo no setor dos metais de terras-raras

[Malaysia PM says \\$142 million magnet plant to boost rare earth sector, state media reports](#) Reuters, 02 nov. 2025 Acesso em: 08 nov. 2025.

[Rare Earth: An Invaluable Element for Malaysia](#). Malaysian Investment Development Authority. Acesso em: 08 nov. 2025.

Timor-Leste: da consolidação da soberania nacional à adesão à ASEAN

[Forging a New Era: Timor-Leste Admitted into ASEAN](#). ASEAN, 26 Out 2025. Acesso em: 07 Nov. 2025.

[Timor-Leste Proudly Joins the Association of Southeast Asian Nations \(ASEAN\)](#) Government of Timor-Leste, 26 out. 2025. Acesso em: 07 nov. 2025.

A pesca de krill e as tensões da 44ª reunião da CCAMLR

[A record catch of krill near Antarctica could trigger an unprecedented end to fishing season](#). AP News, 29 jul. 2025. Acesso em: 08 nov. 2025.

[Norway's proposal to double krill harvests raises tension at Antarctic conservation summit](#). Mongabay, 30 out. 2025. Acesso em: 08 nov. 2025.

Segurança cibernética e Defesa nacional: O Impacto das Explorações Zero-Day em Sistemas Industriais Críticos.

BRUMFIELD, Cynthia. [Foreign hackers breached a US nuclear weapons plant via SharePoint flaws](#). CSO Online. Acesso em 28 de outubro de 2025

EBERLY, David. [U.S. Nuclear Supply Chain Exposed in Cyberattack on Key Facility](#). The National CIO Review. Acesso em 25 de outubro de 2025

O mapa inicial (pág 04) do Boletim foi produzido pelo MapChart e segue as diretrizes da Creative Commons.

Os valores em moeda expressos neste Boletim estão padronizados em Dólar Estadunidense, utilizando a conversão do Banco Central do Brasil, no dia da publicação desta edição.

MAPA DE RISCO

O mapa intitulado “Principais Riscos Globais”, exposto na página 04 deste Boletim, foi elaborado pelos integrantes do Núcleo de Avaliação da Conjuntura da Escola de Guerra Naval. Os critérios utilizados para analisar os fenômenos internacionais e determinar quais devem constar no mapa se baseiam na relevância destes para o Brasil, sendo eles: presença de brasileiros residentes na região, influência na economia brasileira e o impacto no Entorno Estratégico brasileiro. Os parâmetros para categorização dos riscos seguem os interesses dos membros permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas, relevância dos atores envolvidos, repercussão internacional, impacto regional e a possibilidade da escalada de tensões. Após a seleção

dos fenômenos, estes podem ser categorizados em alto risco (vermelho), quando avalia-se grande instabilidade social, política, militar ou econômica; e também, em médio risco (laranja), para principais situações de agravamento de riscos observados. Os países em cinza representam conflitos monitorados; caso tenha agravamento do risco, este passa a ser vermelho ou laranja.

As análises são refeitas a cada edição do Boletim, com o objetivo de reavaliar e atualizar as regiões demarcadas, bem como a cor utilizada em cada um. Desta forma, são sempre observados os principais fenômenos, distribuídos em alto e médio risco. Abaixo, encontram-se *links* sobre os riscos apontados no mapa:

Por: Matheus Moreira

► ALTO RISCO:

- HAITI - Conflitos internos: [SPEECH OF THE SRSG - UNSC BRIEFING](#). **BINUH**, 22 out. 2025. Acesso em: 10 nov. 2025.
- IÊMEN - Conflito regional: [Yemen's Houthis vow to resume striking Israel if Gaza ceasefire collapses](#). **Xinhua**, 09 nov. 2025. Acesso em: 10 nov. 2025.
- IRÃ - Conflito regional: [Another Israel-Iran war increasingly seen as just a matter of time](#), NYT reports. **The Times of Israel**, 10 nov. 2025. Acesso em: 10 nov. 2025.
- ISRAEL - Conflito regional: [Israeli settlers attack Palestinians, journalists at West Bank olive harvest, witnesses](#). **Reuters**, 09 nov. 2025. Acesso em: 10 nov. 2025.
- LÍBANO - Conflito regional: [Ataque israelense mata uma pessoa no sul do Líbano, diz Ministério da Saúde](#). **Arab News**, 10 nov. 2025. Acesso em: 10 nov. 2025.
- MAR VERMELHO - Risco a travessia: [Israel-Hamas ceasefire will not bring global freight fleet back to Red Sea quickly](#). **CNBC**, 13 out. 2025. Acesso em: 10 nov. 2025.
- REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO - Crise regional: [UN sounds alarm over rising hunger crisis in eastern DR Congo](#). **Al Jazeera**, 07 nov. 2025. Acesso em: 10 nov. 2025.
- RÚSSIA E UCRÂNIA - Conflito militar: [Kyiv targets Russia's energy supply after massive attack on Ukraine power grid](#). **Político**, 10 nov. 2025. Acesso em: 10 nov. 2025.
- SÍRIA - Conflito regional: [Syria's jihadist-turned-president caps extraordinary transformation with White House visit](#). **CNN**, 10 nov. 2025. Acesso em: 10 nov. 2025.
- SUDÃO - Conflito interno: [UN rights office warns of 'unimaginable atrocities' in Sudan's el-Fasher](#). **Al Jazeera**, 08 nov. 2025. Acesso em: 10 nov. 2025.
- VENEZUELA - Conflito sociopolítico: [Oposição da Venezuela se divide sobre ameaça dos Estados Unidos](#). **CNN**, 31 out. 2025. Acesso em: 10 nov. 2025.

► MÉDIO RISCO:

- AFEGANISTÃO E PAQUISTÃO - Disputa fronteiriça: [Pakistan says Afghanistan talks deadlocked after deadly border clashes](#). **Al-Jazeera**, 07 nov. 2025. Acesso em: 10 nov. 2025.
- BURKINA FASO - Crise sociopolítica: [La Côte d'Ivoire arme les terroristes au Burkina Faso? Un faux article usurpant Jeune Afrique](#). **France24**, 04 nov. 2025. Acesso em: 10 nov. 2025.
- COLÔMBIA - Crise sociopolítica: [El Gobierno de Petro revoca la designación de Iván Márquez como negociador en los diálogos de paz](#). **El País**, 09 out. 2025. Acesso em: 14 out. 2025.
- EQUADOR - Crise sociopolítica: [Ecuador: Abusive Response to Protests](#). **Human Rights Watch**, 21 out. 2025. Acesso em: 10 nov. 2025.
- ESTADOS UNIDOS E VENEZUELA - Crise Regional: [Senado dos EUA rejeita plano para barrar ataque não autorizado à Venezuela](#). **CNN**, 06 nov. 2025. Acesso em: 10 nov. 2025.
- GUIANA E VENEZUELA - Disputa fronteiriça: [El jefe del Comando Sur de EEUU visita Guyana en plena escalada de tensión con Venezuela](#). **Infodefensa**, 07 nov. 2025. Acesso em: 10 nov. 2025.

•GUINÉ - Crise sociopolítica: [Guinea elections: Coup leader Mamady Doumbouya enters presidential race](#). **BBC**, 04 nov. 2025. Acesso em: 10 nov. 2025.

•IRAQUE - Crise regional: [Iraq condemns 'astonishing' Iranian allegations of US interference in elections](#). **The News Region**, 10 nov. 2025. Acesso em: 10 nov. 2025.

•MALI - Crise sociopolítica: [União Africana "profundamente preocupada" com deterioração da segurança do Mali](#). **RFI**, 10 nov. 2025. Acesso em: 10 nov. 2025.

•MAR DO SUL DA CHINA - Crise regional: [China's military says it tracked Philippine patrol in South China Sea](#). **Reuters**, 01 nov. 2025. Acesso em: 10 nov. 2025.

•MAR MEDITERRÂNIO - Risco na rota migratória: [Tunisia repatriates thousands of migrants amid mediterranean migration pressure](#). **Africa News**, 04 nov. 2025. Acesso em: 10 nov. 2025.

•MIANMAR - Crise interna: [Myanmar strikes on scam centers dismissed as 'smoke screen'](#). **Nikkei Asia**, 06 nov. 2025. Acesso em: 10 nov. 2025.

•MOÇAMBIQUE - Crise interna: [Supporting Development and Peace in Mozambique's Conflict-Torn North](#). **PEACE NEWS**, 10 nov. 2025. Acesso em: 10 nov. 2025.

•NEPAL - Crise interna: [Diplomatic Entanglement after Nepal's Gen Z Protest](#). **Modern Diplomacy**, 30 out. 2025. Acesso em: 10 nov. 2025.

•NICARÁGUA - Crise sociopolítica: [Ortega y Murillo intensifican la censura de internet, último reducto de la libertad de expresión en Nicaragua](#). **El País**, 11 nov. 2025. Acesso em: 11 nov. 2025.

•NÍGER - Crise sociopolítica: [Journalists in Niger Arrested Under Cybercrime Law](#). **Human Rights Watch**, 06 nov. 2025. Acesso em: 10 nov. 2025.

•NIGÉRIA - Crise interna: [Terrorist turf war battle in north-eastern Nigeria leaves about 200 dead](#). **The Guardian**, 10 nov. 2025. Acesso em: 10 nov. 2025.

•SOMÁLIA - Crise interna: [Somalia piracy: Attackers fire grenades and board vessel off Somali coast](#). **BBC**, 06 nov. 2025. Acesso em: 10 nov. 2025.

► EM MONITORAMENTO:

•AFEGANISTÃO - Instabilidade sociopolítica: [Afghanistan's Betrayed Peace](#). **Modern Diplomacy**, 09 nov. 2025. Acesso em: 10 nov. 2025.

•ARMÊNIA E AZERBAIJÃO - Instabilidade regional: [Armenia and Azerbaijan are on the way to peace, but the process is far from complete or irreversible](#). **CommonSpace.eu**, 10 nov. 2025. Acesso em: 10 nov. 2025.

•BANGLADESH - Instabilidade sociopolítica: [Christians in Bangladesh alarmed after bomb attacks](#). **Arab News**, 09 nov. 2025. Acesso em: 10 nov. 2025.

•CAMBOJA E TAILÂNDIA - Disputa fronteiriça: [Thailand threatens to suspend truce deal with Cambodia after a land mine injures troops](#). **AP News**, 10 nov. de 2025. Acesso em: 10 nov. 2025.

•ETIÓPIA - Instabilidade interna: [Ethiopia's Afar region says attacked by Tigray forces](#). **France24**, 06 nov. 2025. Acesso em: 10 nov. 2025.

•PENÍNSULA COREANA - Instabilidade regional: [North Korea Test-Fires SRBM as It Denounces South Korea-US Exercises](#). **The diplomat**, 10 nov. 2025. Acesso em: 10 nov. 2025.

•PERU - Instabilidade sociopolítica: [Ex-primeira-dama do Peru pede para STF barrar extradição](#). **CNN**, 06 nov. 2025. Acesso em: 10 nov. 2025.

•SENEGAL - Instabilidade sociopolítica: [« Nettoyage » de la justice : Des magistrats ciblés, comment Ousmane Sonko va dérouler son plan](#). **Senenews**, 10 nov. 2025. Acesso em: 10 nov. 2025.

•SUDÃO DO SUL - Instabilidade regional: [Hunger crisis deepens in South Sudan amid conflict, floods, monitor says](#). **Al Jazeera**, 04 nov. 2025. Acesso em: 10 nov. 2025.

•TAIWAN - Instabilidade regional: [China urges European Parliament not to send wrong signal to "Taiwan independence" forces](#). **Xinhua**, 10 nov. 2025. Acesso em: 10 nov. 2025.

•TANZÂNIA - Instabilidade sociopolítica: [Tanzania: Killings, Crackdown Follow Disputed Elections](#). **Human Rights Watch**, 04 nov. 2025. Acesso em 10 nov. 2025.